

# XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano  
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO  
Araraquara-SP - Brasil

---

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO: O BRASIL FEZ SEU DEVER DE CASA?

**Frederico Cavadas Barcellos** (IBGE) - fredcavadas@ibge.gov.br  
*Geógrafo; Mestre em Sistemas de Gestão Ambiental*

**Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho** (IBGE e UNESA) - paulo.mibielli@ibge.gov.br  
*Economista; Doutor em Economia*

## **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o Brasil fez seu dever de casa?**

### **Resumo**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM são um conjunto de oito diretrizes estabelecidos por países membros da ONU, como desdobramento da Cúpula do Milênio sendo considerado pelo seu secretário-geral, Ban Ki-Moon, o mais bem-sucedido esforço de combate à pobreza. O paradoxo é que próximo de completar quinze anos, desde o marco inicial de seu acompanhamento, em 2000, sua evolução não obteve, na maioria dos países, os resultados esperados no sentido de reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. O caráter centralizador de sua elaboração, o número exagerado de indicadores, e metas demasiadamente ambiciosas comprometeram os resultados. No Brasil, o monitoramento é feito através dos Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM. Observa-se que, considerando as diversas realidades do país, os avanços têm caminhado num ritmo lento e desigual, interferindo de forma tímida na melhora de indicadores e na redução de desigualdades.

### **Introdução**

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio surgem no documento *Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration* aprovado pela 56ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas, em 2001. No ano anterior, 147 chefes de estado e de governo, representando 189 países, entre eles o Brasil, haviam se reunido na Cúpula do Milênio e se compromissado com os ODM até 2015. Para acompanhar os oito ODM foram estabelecidas 21 metas e 60 indicadores.

### **Olhar crítico sobre os ODM**

Em CARVALHO E BARCELLOS (2014) estão reunidas críticas a elaboração dos ODM formuladas por vários autores. Dentre essas podemos destacar a falta de documento da ONU que justifique e fundamente a escolha desses objetivos, metas e indicadores o que sugere que muitas escolhas foram políticas, fruto de acordos entre países e organizações cuja lógica talvez nunca venha a público. O objetivo do artigo é analisar os indicadores propostos tendo em vista o desempenho do Brasil frente aos ODM.

## O Brasil frente aos desafios dos ODM

Tendo como fonte o 5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM Brasil (IPEA 2014) e lançando sobre esses números um olhar crítico, a situação atual pode ser resumida da seguinte maneira<sup>1</sup>:

**Objetivo 1:** A meta brasileira de reduzir a fome e a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990, até 2015, foi atingida em 2012.

Ressalta-se que apesar de ter cumprido sua meta mais rigorosa que a da ONU, o ODM 1 apregoa a erradicação da fome.

Há de se considerar ainda o significado e o alcance do conceito de pobreza empregado. Além disso, o indicador não expressa toda a realidade enfrentada pela população em extrema pobreza.

**Objetivo 2:** Universalização da educação primária.

Segundo o Relatório, o Brasil já atingiu este objetivo considerando que em 2012, 81% dos alunos com doze anos estavam cursando o sétimo ou o sexto anos. Mesmo que 23,2% dos jovens de 15 a 24 anos não tivessem completado o ensino fundamental, a avaliação do governo é que houve evolução pois essa era a situação de 66,4% dos jovens em 1990.

Ao analisarmos a taxa de escolarização do ensino fundamental de 7 a 14 anos observamos que ela atingiu 97,7%, em 2012. Veremos, no entanto, que a melhora, em doze anos, a partir de 2001<sup>2</sup>, foi de apenas 3,3 pontos percentuais. Outra realidade é que o Brasil convive com uma baixa qualidade de ensino e baixa taxa de conclusão escolar, explicada pelos elevados índices de repetência e de evasão. Ainda temos 3,8 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. Para atingir a meta não basta que crianças e adolescentes tenham acesso ao ensino, é preciso que o completem, que tenham uma trajetória regular.

**Objetivo 3:** Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.

A paridade entre os sexos de estudantes do ensino fundamental de 7 a 14 anos foi alcançada no país já em 1990. Já nos ensinos médio e superior, percebem-se movimentos contrários. De 1990 a 2012, a escolarização dos homens no ensino médio aumentou mais do que a das mulheres, diminuindo a disparidade. Enquanto em 1990,

---

1 Dado a exiguidade de espaço não é possível aqui aprofundar a análise sobre cada uma das metas e indicadores dos ODM bem como o contexto histórico de sua elaboração.

2 O ano-base estipulado pela ONU é 2000. Entretanto, por coincidir com a realização do Censo Demográfico não houve realização da PNAD, pelo IBGE.

havia 136 mulheres para cada 100 homens no ensino médio, em 2012, a proporção era de 125 para 100. Porém, no ensino superior aumentou a desvantagem masculina. Como as taxas de escolarização líquidas da população de 18 a 24 anos no ensino superior aumentaram, pode-se concluir que a expansão do ensino superior beneficiou mais as mulheres.

A ironia é que segundo esses resultados, agora as mulheres é que estão em vantagem. Promover a igualdade entre os sexos requer a implementação de outras políticas que não se limitem a paridade no acesso ao ensino.

**Objetivo 4:** O país já alcançou a meta de reduzir a mortalidade infantil em 2/3, frente a 1990. No entanto, o nível de mortalidade continua elevado em especial na região Norte onde ela atinge 19,9 óbitos por mil nascidos vivos.

**Objetivo 5:** Melhorar a saúde materna.

O Brasil ainda enfrenta grandes desafios para reduzir a mortalidade materna conforme estipulado nos ODM; a tendência de queda estagnou. A mortalidade por câncer do colo uterino tem-se mantido estável enquanto o de mama tem crescido ao longo dos anos. Esse é o ODM que menos avançou.

**Objetivo 6:** No Brasil a taxa de detecção de HIV/Aids se estabilizou nos últimos dez anos e o coeficiente de mortalidade pela doença diminuiu. Entretanto, a universalização do tratamento de pacientes com HIV/Aids não foi alcançada. Com relação a tuberculose e malária, o Brasil não conseguiu erradicá-las.

**Objetivo 7:** Garantir a sustentabilidade ambiental.

Para alcançá-los os países têm que atingir quatro metas: duas relativas a proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, e duas relacionadas ao acesso à água potável e ao saneamento básico e à melhoria das condições de vida da população urbana em assentamentos precários.

Com a redução dos desmatamentos o país tem contribuído para preservar a biodiversidade. No entanto, com relação ao saneamento, e em especial ao abastecimento de água, apresenta contrastes expressivos entre urbano e rural ficando a diferença sempre acima de 50 pontos percentuais. Outrossim, não houve redução pela metade da população sem acesso simultâneo a rede geral de água e esgotamento sanitário. Além disso, apenas 55% dos municípios brasileiros mantêm coleta de esgoto pela rede geral, e apenas 1/3 deles tratam esse material.

**Objetivo 8:** Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Objetivo concebido para países desenvolvidos, não havendo sugestão de indicador pela ONU. Seu acompanhamento é efetuado a partir de ações no âmbito dos acordos de comércio e da cooperação internacional.

### **Considerações finais**

Independentemente das críticas que se possa fazer a elaboração dos ODM, o balanço dos compromissos assumidos pelo Brasil se mostra positivo. Observa-se, entretanto, que algumas metas não tem prazo definido e, outras, o indicador escolhido não tem uma série histórica que possibilite acompanhar sua evolução. Há uma tendência no Relatório de Acompanhamento - Brasil em retroceder o ponto inicial da série de dados à década de 1990 produzindo um efeito estatístico, que amplifica o resultado obtido no período determinado pela ONU.

### **Bibliografia**

Carvalho, P.G.M. e Barcellos, F.C. (2014). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. In: Revista Sustentabilidade em Debate. Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez, disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976> acesso em 4 de abril de 2015.

Feres, J.C. e Villatoro P. (2013). A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – N.15, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 88p.

IPEA (2014) *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – V Relatório de Acompanhamento*. Disponível em <<http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/relat%C3%B3rio-ODM.pdf>> Acesso em 25/04/2015.

UN (2001) Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration - Report of the Secretary-General, fifty-sixth session disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/sgreport2001.pdf?OpenElement> acesso em 15 de março de 2015.